

A EUROPA E A CHINA: NA PERSPECTIVA DE MACAU*

*Etienne Reuter ***

Realizou-se em Bruxelas na semana passada¹ o encontro anual da Comissão Conjunta da Comunidade Europeia (CE)-China, instituída pelo Acordo de Comércio e Cooperação, acordo este que foi assinado há dez anos entre a China e a CE. Gostaria de destacar um facto que é mais do que evidente nesta parte do globo. O ano de 1995, muito provavelmente, será recordado pela História como o ano da China: o Presidente Jiang Zemin está próximo de viajar a Nova Iorque para participar na comemoração do quinquagésimo aniversário da ONU: o Primeiro-Ministro Li Peng está em visita na América Latina, o Vice-Primeiro-Ministro Qian Qichen, o responsável pela pasta dos Negócios Estrangeiros, tem estado nos últimos dez dias em Londres, Luxemburgo, Dublin, bem como Moscovo e Nova Iorque. Neste ano, a China tem estado em discussões com vários países, o teste nuclear e a organização da Conferência sobre a Mulher não conseguiram granjear opiniões favoráveis no mundo. Ninguém nesta parte do mundo pode, contudo, dar-se ao luxo de olvidar a China; os países asiáticos, como as suas contrapartes europeias, estão no encalço do desenvolvimento económico, entretanto, subjacente a um pano de fundo marcado pela preocupação da segurança, empolada pelas incertezas provenientes das transformações viscerais ocorridas em países como a Rússia e a China.

A União Europeia festeja neste ano o décimo aniversário do Acordo de Comércio e Cooperação celebrado com a China em 1985. Recordamos ainda que foi há vinte anos que tínhamos iniciado contactos

* Texto base de uma comunicação apresentada em 21 de Outubro de 1995 no âmbito de um Simpósio sobre «As Relações Comerciais entre a Europa e a Ásia e as suas consequências no plano jurídico, económico e social», organizado pelo Instituto Jurídico de Macau.

** Representante da União Europeia em Hong Kong.

¹ A data reporta-se a Outubro de 1995.

diplomáticos com a China e que o Vice-Presidente da Comissão de então, Sir Christopher Soarnes (depois Lord Soarnes) liderara a primeira missão oficial a Beijing. E isto está bem vivo na mente daqueles que se reuniram em Bruxelas no início desta semana, donde a chefe da delegação chinesa, a Sr.^a Wu Yi, veio acompanhada no seu séquito de operadores económicos da China. E, na mesma altura, foi organizado um fórum especial dedicado aos assuntos de negócios entre a China e a Europa, onde participaram mais de 500 pessoas.

Em Julho do corrente ano, foi adoptado pela Comissão Europeia um novo plano que delineava a sua política global com a China, no qual se desenhava uma nova aproximação com a China. Basicamente, isto consiste na abertura de um novo capítulo sobre as relações mútuas, encerrando, assim, a política de sanções que a União adoptara logo a seguir ao massacre na Praça de Tíananmen. A nossa estratégia será, em termos comedidos e realísticos, envolver activamente a China nos assuntos internacionais e, ao mesmo tempo, providenciar à Europa todas as oportunidades disponíveis do mercado chinês.

O Comissário responsável pelas relações sino-europeias, Sir Leon Britain, disse, aquando do lançamento desse novo plano político: «Temos de evitar que a China opte pelo caminho de isolamento e, para o efeito, a Europa deve apoiar, mediante acções pragmáticas, as reformas, entretanto operadas na China». Esta afirmação demonstra bem o espírito dessa nova aproximação. Por que é que precisamos de uma nova política chinesa neste preciso momento? Diria que o próprio despontar do poderio chinês fala por si mesmo. Napoleão, há 190 anos, quando descansava serenamente na sombra das pirâmides, aquando da sua campanha egípcia, escreveu «quando a China acordar o mundo tremerá». Não há dúvida que Napoleão era um homem que sabia prever o futuro. Em 1995 constatamos, realmente, o aparecimento da China no palco mundial, mas esta afirmação da China não quer dizer que o mundo tenha de tremer. Teremos de estabelecer, com ela, um diálogo construtivo.

Actualmente, o poder de compra paritária da China é equiparável, em números absolutos, à do Japão. Antevejo que no ano 2020 a China se tornará na primeira potência económica do mundo. Militarmente, a China é uma potência nuclear. E é também uma dos maiores produtores e exportadores mundiais de armas e, nos últimos meses, a sua presença é cada vez mais notada nas áreas do Pacífico e do Mar do Sul da China.

Ninguém poderá ter a certeza sobre o que poderá vir a acontecer na China nos anos futuros ou mesmo nos próximos meses, embora presencemos, diariamente, o empenho dos dirigentes chineses em consolidar as suas posições, para nos assegurar que já estamos na era post-Deng. Deduzo que isto é um argumento adicional a favor de um diálogo construtivo com a China. Politicamente, é necessário que a China se envolva nos assuntos da comunidade internacional, convencê-la para assumir responsabilidades e para cooperar com as outras nações a fim de poder resolver as disputas regionais, assim como para impedir a proliferação nuclear.

Gostaria de salientar que esta nova política não pressupõe que a União Europeia tenha abandonado a sua preocupação sobre os direitos humanos na China, nem sequer tenhamos esquecido o que se passou em 1989. No entanto, notamos que houve bastantes mudanças positivas na sociedade chinesa desde que Deng Xiao Ping iniciou a política de abertura gradual no seu país em 1978 e a reforma da sua economia. Tem havido sobressaltos e recuos no percurso, e, provavelmente, haverá mais no futuro.

Sabemos que continuam a existir violações dos direitos humanos na China e condenamos firmemente essas violações. A União Europeia continuará a pressionar pelo melhoramento neste campo através de uma política baseada no diálogo e discussão com o Governo chinês. Os dirigentes europeus aproveitar-se-ão de toda e qualquer oportunidade disponível nas suas conversações com os dirigentes chineses para abordar a questão. Iniciou-se uma cooperação prática aos níveis oficiais que, entre outras coisas, empenhou esforços para o desenvolvimento dos sistemas legal e judicial chineses. De facto, isto não é só necessário a uma melhor protecção dos direitos individuais, mas ainda um requisito fundamental para a implementação de um ambiente propício ao desenvolvimento dos negócios, do qual os parceiros do OECD (Organization for Economic Cooperation and Development) possam sentir-se à vontade.

Em relação ao desenvolvimento económico, a União Europeia acredita que já é irreversível na China o processo de transformação de uma economia planificada para uma economia de mercado. Mais, o sistema de mercado socialista com características chinesas é uma realidade que reconhecemos plenamente. Este reconhecimento abrange naturalmente as ditas características chinesas e daí que ocasionalmente tenha suscitado dificuldades na sua compreensão e aceitação pela parte de europeus e outros ocidentais.

É verdade que, hoje em dia, na China, o estado exerce muito menos controlo sobre a economia do que outrora. A economia planificada que costumava, há dez anos, controlar 80 por cento da produção industrial, actualmente não irá além dos 15 por cento. O controlo dos preços está a diminuir gradualmente e o sector público está substancialmente reduzido, se bem que representa ainda quase 50 por cento da economia. A China continua a ter um crescimento anual apreciável na ordem dos 12 por cento. A sua produção industrial cresce ao ritmo de 20 por cento ao ano e o volume total do seu comércio externo mais do que decuplicou nos seus últimos dez anos e as suas trocas comerciais com o exterior é excedentária. Possui ainda uma respeitável reserva de divisas estrangeiras e está em vias de ter a sua inflação sob controlo.

Certamente que não ignoramos os problemas suscitados por uma economia em rápido desenvolvimento. Sabemos que as disparidades entre as regiões costeiras e as do interior estão crescendo e o fosso entre ricos e pobres na sociedade está-se alargando, mormente nas zonas rurais e nas cidades recém-enriquecidas; todavia, os estudos feitos pelos

nossos especialistas apontam para a possibilidade de o Governo Chinês ultrapassar esses problemas.

Através de alguns números, podemos constatar a importância que o recente desenvolvimento económico da China tem sobre as suas relações comerciais com a União Europeia. Desde 1980, as trocas comerciais recíprocas multiplicaram-se 14 vezes — e tínhamos naquela data um excedente que se transformou agora num défice de mais de 100 mil milhões de HK dólares, se bem que o défice dos Estados Unidos é ainda superior ao nosso.

As relações comerciais têm-se desenvolvido rapidamente em paralelo com a aceleração das reformas económicas da China. Desde o início de 1995, a China passou a ser o quarto maior mercado de exportação para a União e o seu quarto maior fornecedor (depois dos Estados Unidos, Japão e Suíça).

As trocas bilaterais, em 1993, atingiram o valor de 30,8 mil milhões de Ecus (cerca de 300 mil milhões de HK\$) e está estimado que, em 1994, ascenderam ao valor de 37 mil milhões de Ecus (370 mil milhões de HK\$). E prevê-se que, neste ano, o défice das trocas bilaterais da União Europeia chegue aos 130 mil milhões de HK dólares. O investimento chinês na Europa embora seja um valor relativamente modesto, de 160 milhões de US dólares, está no entanto, a aumentar. Embora o investimento europeu na China se avalia actualmente em cerca de 2,4 mil milhões de US dólares, não só está bem longe em relação aos investimentos de Hong Kong e Formosa, como ainda aos dos Estados Unidos e Japão. Entre os estados membros da União, a França, o Reino Unido, a Alemanha e a Itália são os maiores investidores.

Provavelmente, a maior preocupação nesta nova política de aproximação é a eventualidade de ajudar a China a entrar o mais depressa possível na Organização Mundial do Comércio (World Trade Organization). Aliás, isto foi confirmado no encontro da semana efectuado em Bruxelas. No ano transacto a Comissão desempenhou um papel relevante nessas negociações. Tínhamos proposto, em primeiro lugar, um esboço protocolar que constituiria o plano sobre o qual a China obteria acesso àquela organização. Quando da sua visita a Beijing, no ano passado, Sir Leon Brittan propôs que a China fizesse um pagamento imediato. A China entraria imediatamente na organização, donde a maioria das obrigações e deveres dos membros seria de aplicação imediata, enquanto se estipulassem umas condições que só seriam implementadas numa fase posterior. Esta proposta traduz bem a nossa compreensão da realidade chinesa, onde existe uma economia em vias de desenvolvimento com características *sui generis*, que, em muitos aspectos importantes, ainda detêm características alheias a uma verdadeira economia de mercado.

Ora, a União Europeia irá insistir junto da China para que implemente aquelas medidas básicas a fim de se poder harmonizar com as normas internacionais acordadas na dita organização. Sir Leon Brittan indicou sete áreas estratégicas, isto é, reduzir as suas tarifas até a um nível médio

não superior ao dobro da média dos principais países industrializados. Solicitaremos ainda à China que abra o seu mercado de serviços, liberalize os monopólios do comércio externo, bem como a sua adesão aos regulamentos multilaterais sobre a aviação e a intervenção pública. De um modo geral, a China deve ter em conta os padrões da Organização, aquando da elaboração da sua política industrial. Isto incide especificamente sobre as normas que regulam os subsídios, a propriedade no sector público, a fixação oficial dos preços, o comércio estatal e os direitos aduaneiros de exportação. Também gostaríamos de ver um melhoramento quanto aos problemas relacionados com a propriedade intelectual. A fim de poder proteger os interesses comerciais da Europa, a União Europeia avançaria ainda com a instituição de um sistema com cláusulas de salvaguarda e de fiscalização da actividade comercial. A China conhece bem esses problemas, uma vez que participou em todas as negociações de Uruguai (Uruguay Round) e colocou a sua assinatura nos documentos, cuja cerimónia decorreu em Marraquexe. Foi-lhe dado apenas o estatuto de observador na Organização Mundial de Comércio. Todavia, estamos confiantes que agora é o momento propício para fazer progressos nesta questão de adesão, embora nunca possamos esquecer que nessas andanças haverá sempre um calendário a cumprir. Isto quer dizer que muito provavelmente a adesão só poderá acontecer nos fins de 1996 e não neste ano.

Gostaria ainda de vos apresentar, de acordo com a nossa perspectiva, uma outra dimensão da cooperação existente entre a União Europeia e a China. E a ênfase volta a incidir sobre a repartição de responsabilidades sobre os assuntos da humanidade. Uma vez, disse a um funcionário chinês, que se opunha àquilo que ele denominava como uma interferência política da Europa sobre um assunto de foro doméstico chinês, o seguinte: «Tudo o que aconteça no vosso país com os seus 1,3 mil milhões de pessoas interessa e preocupa, naturalmente, todo o mundo». Neste momento, a China detém a maior população do mundo, é um consumidor do peso no sector energético e um dos maiores poluidores do mundo. É, pois, natural que queiramos trabalhar em conjunto sobre os objectivos fundamentais que dizem respeito ao futuro do nosso planeta: ambiente, droga, assuntos de saúde, como a sida e o cancro.

Além dessas matérias fundamentais, a Comissão concentrar-se-á ainda sobre um certo número de questões mais concretas: procurará estabelecer centros de informação comercial na China; tentará expandir a escola comercial que foi criada conjuntamente com as autoridades chinesas de Shanghai e que obteve grande êxito; envidará esforços para promover a cooperação cultural, mormente no fortalecimento dos laços que unem as Universidades europeias e as chinesas. Estas orientações são importantes não só por causa de se poderem contribuir para uma melhor compreensão mútua, mas ainda para providenciar novas oportunidades de alargar as influências positivas. Apresentam-se uns dados estatísticos bem sugestivos — actualmente, há 60 000 alunos chineses

nos Estados Unidos, enquanto que na Europa existe apenas uns meros 6 000 — e isto, certamente, tem o seu significado.

Finalmente, duas palavras sobre um novo aspecto do programa político que foi apresentado em Julho. Pela primeira vez, a Comissão abordou, no documento sobre a sua relação com a China, a importância que Hong Kong e Macau tem para a Europa. A Comissão mencionou a transferência de soberania para a China, bem como delineou, em moldes bem claros, a posição da União Europeia. Apoiamos a implementação total das respectivas declarações conjuntas assinadas entre a China e o Reino Unido e Portugal (ambos estados membros da UE). Acreditamos no conceito «Um país dois sistemas» — existe confiança em que a China manterá o elevado grau de autonomia para as suas futuras regiões administrativas especiais, aliás preceituada nos termos das respectivas declarações. E esperamos que esta nossa posição seja, formalmente, apoiada pelo Conselho de Ministros da UE na sua reunião do próximo mês.

Ninguém pode esquecer que a Europa tem importantes interesses aqui na Ásia. Em 1992, assinou-se um acordo de comércio e cooperação com Macau, sob o qual já se implementaram algumas actividades, poucas mas significativas, que abarcavam áreas como a de formação profissional, ensino superior, e, quiçá o mais importante, a de património histórico. Macau e Hong Kong são importantes parceiros comerciais da UE. Na verdade, eles desempenham ainda um papel importantíssimo como janelas e porta da China. De facto, 50 por cento das trocas comerciais entre a China e a Europa passam por estes territórios, também considerados como locais propícios para servirem de bases de operações comerciais europeias nesta zona da Ásia-Pacífico. Particularmente, Hong Kong deve continuar a ser o modelo e o instrumento adequados para as reformas económicas da China. Esta cidade mantém numerosos investimentos na China e possui um PNB corresponde a 25 por cento do da China.

Quando se fala da comunidade comercial local, especialmente, quanto às associações e câmaras comerciais europeias, uma coisa está bem clara: os europeus consideram estes territórios como plataformas ideais para desenvolverem as suas actividades comerciais com a China. A preservação do ambiente comercial, designadamente o estado de direito, a qualidade da administração da coisa pública e a eficiência das infra-estruturas serão essenciais nesses anos vindouros.

A política da CE a longo prazo tem sido aplaudida pela China. Por exemplo, foi ouvido, recentemente, o Sr. He Xiaohao, director dos Assuntos Europeus do Ministério de MFTEC (Ministry of Foreign Trade and Economic Cooperation), a tecer um elogio ao nosso plano, dizendo: «É um documento prudente». A Sr.^a Wu Yi disse em Bruxelas: «Estamos dispostos a estabelecer uma relação estável, a longo prazo, com a UE». Deve ser claro para todos que neste contexto Hong Kong e Macau terão um lugar especial e um papel específico. E a União Europeia está empenhada nesse objectivo.